



CLIPPING



19 de
JULHO
2022



MAURO BONNA

Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna



@maurobonna

/programaargumento

negocios@maurobonna.com.br

Justiça

O STJ manteve decisão da Corte estadual em anular o tribunal do Júri do episódio em que culminou com a morte do jovem João de Deus Rodrigues.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



VOLTA À CADEIA FORAGIDO É RECAPTURADO PELA PM

Os policiais
aprenderam uma arma
em poder dos suspeitos
FOTO: DIVULGAÇÃO

Em Castanhal, polícia prendeu dois homens que estavam armados e um deles estava como foragido da Justiça

CASA CAIU

Um foragido da justiça foi recapturado pela Polícia Militar na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense. Uma arma de fogo municada foi apreendida. A recaptura com apreensão do armamento aconteceu

na noite de domingo (17), por volta das 22h.

Policiais militares do grupoamento Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas (Rocam) estavam realizando patrulhamento pelo Bairro Novo Estrela quando se depararam com dois suspeitos numa motocicleta vermelha. Os militares deram a ordem de parada, porém a dupla empreendeu fuga.

Durante o acompanhamento policial, o comandante da guarnição viu quando o suspeito que estava na garupa da motocicleta arremessou um objeto não identificado. Os suspeitos foram abordados na Alameda Osasco, ainda no bairro Novo Estrela.

No decorrer da revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado com a dupla, entretanto

o comandante da guarnição retornou ao local que tinha visualizado o arremesso do objeto e constatou que se tratava de um revólver calibre 38 que estava com quatro munições intactas. Os suspeitos foram identificados como Daniel Costa de Sousa (condutor da motocicleta) e Marcos Dionys Alves Lopes (que estava na garupa da motocicleta).

Já na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, os policiais descobriram que Marcos Dionys Alves Lopes estava na condição de foragido da justiça e que seu comparsa Daniel Costa de Sousa já havia sido preso outras sete vezes e que estava em prisão domiciliar. Marcos retornou para a cadeia para ficar no regime fechado e Daniel foi liberado pelo delegado de plantão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP recomenda medidas para fiscalizar suspeitas de violência durante o parto

MARABÁ

Da Redação

Com objetivo de evitar a violência obstétrica, o Ministério Público do Estado do Pará expediu uma Recomendação, na sexta-feira (15), para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as medidas adotadas no atendimento na área da saúde materna o município de Marabá. O documento foi expedido pela promotora de Justiça Mayanna Queiroz.

A Recomendação foi encaminhada ao prefeito de Marabá, à Secretária Municipal de Saúde e à Direção do Hospital Materno Infantil. Além dessa iniciativa, o Ministério Público vem fiscalizando a política pública de saúde Hospital Materno Infantil desde 2021, por meio do Procedimento Administrativo, com o objetivo de garantir o parto humanizado.

Dentre as medidas recomendadas, estão: o cumprimento do direito da parturiente ao acompanhante, previsto na Lei nº 11.108/2015; o apoio e manutenção dos programas desen-

volvidos para melhoria dos cuidados da saúde materna; a publicidade dos direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e parto; a adoção de ações positivas dispostas na "Declaração de prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e Maus-tratos durante o parto em instituições de saúde", que reconhece a ocorrência de violência física, verbal e maus-tratos durante o parto; e adotem sistemas de responsabilização e apoio aos profissionais a fim de reprimir e prevenir violência obstétrica.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Cavalgada marca a abertura da 34ª Expoama em Marabá

A cavalgada ruralista reúne cavaleiros e amazonas pelas ruas da cidade de Marabá. Em sua 34ª edição, a Expoama espera gerar mais de R\$ 200 milhões em negócios

FESTA DE RODEIO, DE PEÃO E DE BOIADEIRO

DA REDAÇÃO

Aconteceu na manhã deste domingo (17) em Marabá, a tradicional cavalgada após dois anos de hiato por conta da pandemia da Covid-19. A festa é o pontapé inicial da 34ª edição da Exposição Agropecuária de Marabá, a Expoama. A feira já é tradicional na região sudeste do Pará onde a força do agronegócio é um dos principais pilares da economia local e do estado, afinal é aí que se tem os maiores rebanhos do estado e do Brasil.

O Pará possui 22.267.207 milhões de cabeças de bovinos, ocupando o terceiro lugar no ranking nacional, segundo dados do IBGE 2020. O crescimento foi de 6,3% e os números só fazem crescer. O município de São Félix do Xingu, nesta região possui atualmente o maior rebanho de gado do Brasil: 2,4 milhões de cabeças e alta de 5,4%, no ano. Marabá já é o terceiro maior produtor com 1.424.418 cabeças, segundo a Adepará.

Por isso, realizar uma festa como a Expoama gera expectativa, principalmente para o agronegócio. A última feira, realizada em 2019, gerou mais de R\$ 135

milhões em negócios.

A cavalgada em Marabá tem concentração das comitivas na BR-230 (Transamazônica) próximo ao aeroporto João Correa da Rocha no núcleo Cidade Nova e vai pela rodovia até o parque de exposições local. São sete quilômetros cortando a principal rodovia da cidade, entrando pela Nova Marabá, indo pela BR-155 até o parque de exposições.

Para esta cavalgada e feira, o Ministério Público Estadual expediu recomendações tanto quanto para a presença de crianças e adolescentes na feira, quanto na cavalgada em si, visando a proteção dos animais.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, SPRM, Ricardo Guimarães, muitos jovens estão participando do evento, o que mostra que a nova geração também está engajada e sabe da importância do agronegócio para as famílias e para Marabá. “Estamos vendo a presença de muitos jovens e isso é muito bom”, disse.

Além disso, ele explica que a mudança da cavalgada para o domingo (geralmente a cavalgada era aos sábados), é para atender uma antiga demanda dos comerciantes locais, que pediam a realização do evento em um dia neutro para aumentar a participação. “Parceiros comerciais e sindicatos de outras cidades reclamavam que não podiam participar por ser no sábado, e aí passamos este ano para o domingo, com dois dias para descanso, e aí na quarta a Expoama começa no parque de exposições”, salientou. O governador do estado Helder Barbalho também participou da cavalgada.



Cavalgada em Marabá reuniu mais de mil cavalos em 12 quilômetros de percurso

FOTO: JAMES OLIVEIRA/RBATV

de outras cidades reclamavam que não podiam participar por ser no sábado, e aí passamos este ano para o domingo, com dois dias para descanso, e aí na quarta a Expoama começa no parque de exposições”, salientou. O governador do estado Helder Barbalho também participou da cavalgada.

A 34ª Expoama em Marabá começa na quarta-feira (20) e vai até domingo (24) com shows, rodeios, exposições, e tudo sobre o agronegócio paraense, um dos mais fortes do Brasil. (Com James Oliveira da RBATV)



O governador do Pará Helder Barbalho também participou da cavalgada

FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA entra com ação por improbidade contra ex-prefeito e atual prefeita de Benevides

Ação apura um suposto caso de improbidade administrativa no fundo municipal para infância e adolescência.

Por g1 Pará — Belém

18/07/2022 17h37 · Atualizado há 16 horas



O Ministério Público do Pará ajuizou uma Ação Civil Pública contra a atual e o ex-gestor da Prefeitura de [Benevides](#). A ação, que apura um suposto caso de improbidade administrativa no fundo municipal para infância e adolescência, também inclui um gerente do Banco do Brasil.

A ação foi instituída na última sexta-feira (15) contra o ex-prefeito, Ronie Rufino, o gerente do Banco do Brasil, Délio Junior e a atual prefeita Luziane Solon.

Segundo o MP do Pará, ao longo de três anos nenhum dos 11 ofícios encaminhados aos envolvidos, que solicitavam informações, foram respondidos.

Entenda o caso

Em 2019, para apurar os fatos de improbidade administrativa na gestão do Fundo Municipal para Infância e Adolescência (FIA), a Promotoria enviou ofício ao então prefeito Ronie Rufino, com o prazo de 10 dias para que fossem prestados esclarecimentos. Porém, sem retorno.

Depois disso foram expedidos mais três ofícios. Com a mudança de gestão da prefeitura, os ofícios passaram a ser destinados a atual prefeita, Luziane Solon e à gerência do Banco do Brasil. Ao todo, foram 11 ofícios enviados ao longo de três anos, todos sem resposta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Ministério Público do Estado avisou que a falta de resposta poderia implicar em ações legais de ordem pessoal, configurando ato de improbidade administrativa e a responsabilização penal em razão dos crimes especificados em lei.

Pedidos

Por conta da falta de respostas, o MPPA pediu que seja concedida Tutela Provisória de Exibição Documental para que no prazo de 24h, os requeridos apresentem os documentos e as informações solicitadas.

Em caso de descumprimento, a Promotoria também pediu a aplicação de multa diária no valor de R\$10 mil.

Além da condenação de indenização por dano moral coletivo, a ser fixado da seguinte forma: Ronie Rufino e Luziane Solon, em 80 mil; e Délio Junior em 60 mil, seguindo a proporção de 20 mil para cada ofício não respondido.

Em nota, o Banco do Brasil informou "que ainda não foi citado. O caso será analisado e o BB se manifestará nos autos do processo, em momento oportuno, com a apresentação da competente defesa".

O **g1** entrou em contato com os outros envolvidos e até o momento não recebeu o retorno.

Audiência pública debate os impactos da hidrelétrica de Belo Monte sobre a pesca no rio Xingu, no PA

Organizada pelo Ministério Público Federal, audiência ocorre em duas etapas e em localidades diferentes.

Por g1 Pará — Belém

18/07/2022 17h54 · Atualizado há 18 horas



Usina Hidrelétrica Belo Monte fica localizada no rio Xingu, no Pará — Foto: Norte Energia

O Ministério Público Federal (MPF) vai realizar em agosto audiência pública sobre os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, com relação à pesca no rio Xingu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A audiência ocorre em duas etapas e em localidades diferentes, para garantir a participação das comunidades da região.

A primeira será realizada em [Altamira](#), sudoeste do Pará, no dia 16 de agosto, das 9 às 17 horas, no Centro de Convenções do município, localizado na rua Acesso Dois, no bairro Premem.

A segunda etapa será realizada no dia seguinte, 17, na Vila Belo Monte, em [Vitória do Xingu](#), das 9h30 às 12 horas, no ginásio Belo Monte, localizado na rua Um, comunidade Belo Monte 2.

O objetivo da audiência é ouvir os pescadores e instituições sobre os impactos da operação da hidrelétrica na atividade pesqueira e no modo de vida dos pescadores artesanais. Além de buscar saber quais medidas foram adotadas para a redução e reparação dos danos.

Participantes

Participam da audiência pública o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), a concessionária Norte Energia (Nesa), a Defensoria Pública do Estado do Pará, a Defensoria Pública da União e entidades representativas dos pescadores artesanais de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio.

Será obrigatório o uso de máscara e a comprovação da vacinação completa durante a audiência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br